



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

Rua João Diogo 288 - Bairro Campina - CEP 66015-902 - Belém - PA

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(ETP COMPRAS)

## 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

**Fundamentação:** Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 9º, inciso I da IN 58/2022).

### 1.1. Descrição da demanda

1.1.1. Aquisição de materiais de consumo personalizados (botons, canetas esferográficas, blocos de notas, sacolas/ecobags, squeezes, canecas de cerâmica, canecas ecológicas, camisas polo, camisetas esportivas, pastas de papelão e crachás em PVC), visando atender às necessidades de identificação, divulgação e apoio logístico em diversos programas, projetos e eventos institucionais do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) previstos para o ano de 2026.

### 1.2. Motivo/Justificativa da Contratação

1.2.1. A contratação justifica-se pela premente necessidade de organizar, identificar e caracterizar os participantes de diversos eventos de capacitação, ações institucionais e reuniões de trabalho que ocorrerão no âmbito do TRE-PA durante as Eleições de 2026. Entre as iniciativas, destacam-se as ações preparatórias para as Eleições de 2026, e demais programas de cidadania promovidos pela Escola Judiciária Eleitoral do Pará (EJE/PA), além de Oficina promovida pela Secretaria de Auditoria (SEAUDI).

1.2.2. O fornecimento desses materiais consubstancia-se em um investimento estratégico para o Tribunal, essencial para garantir a padronização visual dos eventos e fortalecer a identidade da Justiça Eleitoral junto à sociedade, proporcionando os seguintes benefícios ao interesse público:

- **Fortalecimento da Identidade Visual e da Imagem Institucional:** A uniformidade visual decorrente da utilização de itens padronizados transmite à sociedade uma imagem de organização, profissionalismo e unidade, fortalecendo a credibilidade e a confiança na instituição.
- **Promoção e Divulgação da Estratégia Institucional:** Em eventos de divulgação, os bens personalizados atuam como eficientes ferramentas de comunicação institucional, aumentando a visibilidade das ações, em conformidade com o princípio da publicidade.
- **Organização e Logística Eficiente:** Itens como ecobags e pastas facilitam o transporte seguro de materiais, documentos e equipamentos necessários aos eventos e às atividades das eleições, otimizando o tempo dos servidores e evitando perdas.
- **Engajamento e Senso de Pertencimento:** O fornecimento dos materiais promove maior integração e motivação dos participantes, incentivando a colaboração ativa nas dinâmicas, oficinas e capacitações.
- **Identificação e Segurança:** Camisas, crachás e botons permitem a rápida e correta identificação visual de servidores, colaboradores e participantes, auxiliando no suporte, na organização do fluxo de pessoas e na garantia da segurança em eventos de grande porte.

### 1.3. Análise da contratação anterior ou a série histórica, se houver

1.3.1. Para a presente análise e para o dimensionamento dos riscos e quantitativos, procedeu-se à verificação dos artefatos constantes nos processos correlatos SEI nº 0004150-13.2025.6.14.8000, 0008597-44.2025.6.14.8000 e 0009354-09.2023.6.14.8000.

1.3.2. Em relação ao histórico de contratações (série histórica), observou-se que no certame anterior referente à aquisição de camisas polo (Pregão Eletrônico nº 9/2024), houve frustração da contratação. Após o transcurso de mais de 60 (sessenta) dias do início da licitação, a licitante vencedora, bem como as demais classificadas (totalizando sete empresas), demonstraram desinteresse em manter suas propostas em virtude do lapso temporal e da consequente defasagem mercadológica dos preços apresentados (conforme informações do Parecer ASDG 770). Essa inconsistência evidencia a necessidade de se conferir maior celeridade na fase de seleção de fornecedores e rigor na pesquisa atualizada de preços para evitar o insucesso do novo certame.

1.3.3. Ademais, acerca das camisas polo, a Seção de Almoxarifado (SEAL), por meio da Informação nº 5/2026, apontou a inviabilidade de utilização da Ata de Registro de Preços nº 37/2025 (originária do Processo SEI nº 0008597-44.2025.6.14.8000), sob gerência da Assessoria de Comunicação (ASCOM). Referida Ata destina-se, de forma específica e estrita, à identificação de colaboradores para o pleito eleitoral, sendo que qualquer inclusão ou alteração de escopo nesta fase comprometeria a logística e o cronograma da referida contratação, justificando, assim, a presente demanda autônoma.

## 2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

**Fundamentação:** descrição dos requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução, prevendo critérios e práticas de sustentabilidade, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso II da IN 58/2022).

### 2.1. Natureza do objeto

2.1.1. O objeto da contratação é considerado comum, conforme estabelecido no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021. Isso se deve ao fato de que possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, os quais são amplamente reconhecidos e aceitos no mercado.

2.1.2. O objeto da contratação não se caracteriza como bem de consumo de luxo, conforme o art. 3º, inciso II, da Resolução TSE nº 23.702/2022, pois atende de modo satisfatório e com características mínimas de qualidade à finalidade a que se destina, sem incorporar características ostensivas e desnecessárias superiores à demanda institucional.

2.1.3. Os bens não constam do catálogo eletrônico padronizado do Governo Federal, porém possuem identificação usual no mercado e especificações claras de acordo com os padrões da indústria de confecção e brindes.

## **2.2. Necessidade continuada do fornecimento**

☐ SIM ☒ NÃO

## **2.3. Vigência plurianual**

☐ SIM ☒ NÃO

## **2.4. Forma/regime de fornecimento**

2.4.1. O fornecimento dos materiais dar-se-á de forma parcelada ou por demanda, na forma prevista no Termo de Referência, de acordo com as necessidades dos eventos agendados pelo Tribunal.

## **2.5. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP? Caso positivo, justificar.**

☒ Sim ☐ Não

2.5.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se com base no art. 3º, incisos I e II, do Decreto nº 11.462/2023. A contratação visa proporcionar maior flexibilidade na gestão do objeto, permitindo o parcelamento das entregas e a definição de cronogramas perfeitamente ajustados à realização dos eventos programados e à realidade orçamentária do órgão.

2.5.2. Além disso, a formação de registro de preços permite a otimização do espaço físico disponível na Seção de Almoxarifado (SEAL), visto que a compra integral dos materiais demandaria um local de armazenamento elevado, o que inviabilizaria a logística caso a aquisição ocorresse em parcela única.

## **2.6. Foi realizada consulta às IRPs em andamento.**

☒ Sim ☐ Não

2.6.1. Em consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), realizada na data de **09/03/2026**, não foi localizada Intenção de Registro de Preços (IRP) aberta ou em andamento que pudesse atender à demanda do Regional, nos termos do art. 10 do Decreto nº 11.462/2023.

## **2.7. Haverá órgãos participantes deste Registro de Preços? Justificar.**

☐ Sim ☒ Não ☐ Não se aplica

## **2.8. Foi realizado procedimento público de intenção de registro de preços - IRP?**

☐ Sim ☒ Não; justificativa abaixo ☐ Não se aplica

2.8.1. Justifica-se a não divulgação da Intenção de Registro de Preços no PNCP, na forma prevista no art. 9º do Decreto nº 11.462/2023, em razão da grande especificidade do objeto (itens inteiramente personalizados com a identidade visual e logomarcas próprias do TRE-PA).

2.8.2. Adicionalmente, o risco de atraso na consecução do objeto justifica a dispensa da IRP. O Tribunal possui cronogramas rígidos para a realização das Eleições 2026, de modo que a inclusão de etapas demoradas poderia inviabilizar a entrega dos materiais a tempo.

## **2.9. Foi estabelecido (se for o caso) o número máximo de participantes, em conformidade com a capacidade de gerenciamento do órgão? Justificar.**

☐ Sim ☐ Não; justificativa abaixo ☒ Não se aplica

## **2.10. Será admitida a adesão à ata de registro de preços por órgão não participante? Justificar.**

☐ Sim ☒ Não ☐ Não se aplica

2.10.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços, tendo em vista a alta especificidade dos objetos, atrelados de forma indissociável à identidade visual do TRE-PA, bem como a limitação operacional da unidade gerenciadora para gerir formalizações de adesões em outros órgãos.

## **2.11. Havendo possibilidade de adesão, há previsão de quantitativos máximos para adesão e dos respectivos quantitativos?**

☐ Sim ☐ Não ☒ Não se aplica

## **2.12. Admissão ou não de subcontratação do objeto contratual**

☐ SIM ☒ NÃO

## **2.13. Exigência de amostra/prova de conceito**

☐ NÃO ☒ SIM, justificativa:

2.13.1. Considerando a natureza dos itens personalizados (impressões, logomarcas, acabamentos em tecidos e materiais diversos) e que uma análise meramente formal da proposta não é suficiente para conferir segurança à Administração quanto à adequação visual e de qualidade do objeto, a exigência de amostra é imprescindível.

2.13.2. A amostra garantirá a aceitabilidade da proposta e o alinhamento com a identidade institucional exigida para os eventos do TRE-PA. O Termo de Referência disciplinará detalhadamente os critérios, prazos e métodos de avaliação dessa etapa prévia.

## **2.14. Garantia, manutenção e assistência técnica**

2.14.1. Para todos os itens, o prazo de garantia dos objetos da futura contratação é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou o prazo fornecido pelo fabricante (caso superior), contado a partir da emissão da Nota Fiscal e do correspondente recebimento definitivo.

## **2.15. Garantia de execução contratual**

☐ SIM ☒ NÃO

2.15.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando a natureza da contratação (aquisição comum sem dedicação exclusiva de mão de obra), o pagamento a ser realizado apenas após o recebimento definitivo e integral do objeto, e a baixa complexidade da execução.

## **2.16. Requisitos de capacitação**

☐ SIM ☐ NÃO ☒ NÃO SE APLICA

## **2.17. Requisitos legais**

☒ SIM ☐ NÃO ☐ NÃO SE APLICA

2.17.1. O processo de contratação deve estar aderente à seguinte legislação, sem prejuízo de outras normas aplicáveis:

- Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor);
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023;
- Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022;
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021;
- Resolução TSE nº 23.702, de 9 de junho de 2022;
- Resolução CNJ nº 400, de 16 de junho de 2021 (Política de Sustentabilidade);
- Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

## 2.18. Requisitos temporais

2.18.1. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, *30 (trinta) dias corridos*, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho e da MÍDIA MODELO (fornecida pelo contratante) pela contratada.

2.18.2. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço mais vantajoso para a Administração.

2.18.3. O prazo de vigência da contratação (empenhos decorrentes) será de 6 (seis) meses, contados da emissão da nota de empenho, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

## 2.19. Critérios e práticas de sustentabilidade

(X) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SE APLICA

2.19.1. Além dos critérios de sustentabilidade inseridos na descrição técnica de alguns objetos (como canecas ecológicas, materiais recicláveis e uso de lona crua), devem ser atendidos os seguintes requisitos fundamentados no Plano de Logística Sustentável do TRE-PA:

- **Produção:** Os bens devem ser confeccionados, sempre que possível, com materiais atóxicos e biodegradáveis, sem a utilização de trabalho infantil ou análogo à escravidão em qualquer fase da cadeia produtiva.
- **Embalagem e Distribuição:** Os materiais devem ser acondicionados em embalagens compactas e, preferencialmente, utilizando componentes recicláveis, visando a redução de volume para otimização de espaço e diminuição das emissões decorrentes do transporte.
- **Destinação:** O design das peças deverá viabilizar o prolongamento de sua vida útil ou garantir viabilidade para a reciclagem ao fim do uso institucional.

2.19.2. Para assegurar o efetivo cumprimento das diretrizes de sustentabilidade delineadas, ficam estabelecidos os seguintes parâmetros de verificação:

- **Quanto à Produção (Trabalho Infantil/Escravo e Adequação Legal):**
  - **Critério de Verificação:** Apresentação de declaração formal atestando o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e a não utilização de trabalho análogo à escravidão na cadeia produtiva.
  - **Momento da Verificação:** Durante a fase de habilitação no certame licitatório.
  - **Responsável pela Verificação:** Agente de Contratação / Pregoeiro.
- **Quanto aos Materiais, Embalagens e Destinação (Atributos Físicos e Ecológicos):**
  - **Critério de Verificação:** Inspeção física e visual para atestar a utilização de materiais atóxicos e recicláveis (conforme especificações técnicas de cada item), bem como o uso de embalagens compactas e que priorizem componentes recicláveis.
  - **Momento da Verificação:** Em duas etapas: (1) Na avaliação da amostra prévia (se solicitada), antes da adjudicação; e (2) no ato da entrega e do recebimento dos materiais.
  - **Responsável pela Verificação:** (1) Equipe técnica designada para avaliação das amostras; e (2) Fiscal do Contrato ou servidores designados para o recebimento provisório e definitivo na Seção de Almoxarifado (SEAL).

## 2.20. Necessidade de transição contratual

( ) SIM ( ) NÃO (X) NÃO SE APLICA

## 2.21. Considerações sobre a possibilidade de participação de consórcio na licitação

( ) SIM (X) NÃO ( ) NÃO SE APLICA

2.21.1. A participação de consórcios não se mostra justificável face à ausência de alta complexidade e de grande vulto financeiro na contratação. A permissão causaria risco de redução da competitividade direta, uma vez que o mercado possui ampla concorrência isolada capaz de fornecer os materiais.

## 2.22. Considerações sobre a possibilidade de participação de cooperativa na licitação

(X) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SE APLICA

2.22.1. Não há vedação à participação de sociedades cooperativas.

## 2.23. Considerações sobre a possibilidade de participação de Pessoa física

(X) SIM ( ) NÃO ( ) NÃO SE APLICA

2.23.1. Não há vedação à participação de pessoa física, nos termos do art. 4º da IN SEGES/ME nº 116/2021, tendo em vista que a contratação não exige capital social mínimo, maquinário fixo de altíssima escala ou estrutura incompatível com a natureza de atuação autônoma.

## 2.24. Tratamento diferenciado para ME e EPP

2.24.1. Os itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados à participação exclusiva de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e entidades equiparadas, conforme benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.538/2015.

2.24.2. Para os itens específicos que ultrapassam o valor supramencionado (como as "Garrafas Tipo Squeeze" e as "Canecas Ecológicas"), **não** será aplicada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco por cento) prevista no art. 8º do Decreto nº 8.538/2015. A contratação dar-se-á pela totalidade do quantitativo em item único, visando garantir a **padronização técnica, a estrita uniformidade da identidade visual e a economia de escala**. A divisão do quantitativo entre diferentes fornecedores acarretaria **risco crítico de variação de tonalidade dos materiais, diferenças no molde e na qualidade da estampa em um mesmo evento**, o que comprometeria a imagem institucional, justificando-se a exceção com fulcro no art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006.

## 2.25. Indicação de marcas ou modelos

( ) SIM (X) NÃO

## 2.26. Vedação de marcas, modelos ou produtos

( ) SIM (X) NÃO

## 2.27. Indicação e justificativa dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira necessários.

2.27.1. Para fins de qualificação econômico-financeira, será exigida apenas a certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II). Isso se justifica pelo fato de se tratar de fornecimento simples (sem prestação de serviços continuados associados), a sistemática do Registro de Preços gerar requisições pulverizadas, e o baixo risco da operação.

2.27.2. Quanto à qualificação técnica operacional e profissional, não haverá exigências de atestados, uma vez que o objeto é de baixa complexidade técnica e ampla disponibilidade comercial.

## 3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso III da IN 58/2022).

### 3.1. Análise das Alternativas Possíveis

3.1.1. O mercado fornecedor de materiais de consumo personalizados, brindes corporativos e itens de confecção (camisas, ecobags, botons, etc.) apresenta-se amplo e altamente competitivo no âmbito nacional e regional. Trata-se de um setor maduro, composto por diversas empresas que dominam as tecnologias de customização exigidas, tais como serigrafia, sublimação, gravação a laser e impressão digital.

3.1.2. Para o atendimento da necessidade do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), mormente para a estruturação das Eleições 2026, vislumbram-se as seguintes alternativas de contratação:

- **Alternativa 1: Aquisição de insumos e contratação de serviços de forma apartada.** Consiste na compra dos materiais "lisos" (sem personalização) por meio de um certame, seguida da contratação de uma empresa de serviços gráficos ou estampa para realizar a customização dos itens em um segundo momento.
- **Alternativa 2: Aquisição integrada de bens personalizados prontos para uso.** Consiste na licitação direta dos materiais já devidamente confeccionados e personalizados com as logomarcas e identidades visuais exigidas pelo Tribunal, fornecidos por empresas especializadas no ramo de brindes promocionais e confecções.

### 3.2. Justificativa Técnica e Econômica da Escolha

3.2.1. A **Alternativa 2** consagra-se como a solução mais adequada, vantajosa e eficiente para a Administração Pública, pelas seguintes razões:

- **Mitigação de Riscos Técnicos e Operacionais:** A aquisição dos itens já personalizados concentra a responsabilidade pela qualidade do material e da gravação/impressão em um único fornecedor. Na Alternativa 1, haveria o risco iminente de incompatibilidade do material adquirido com a técnica de impressão da empresa prestadora do serviço, além de isenção mútua de responsabilidade em caso de falhas ou perdas durante o processo de customização (ex: camisa danificada durante a estampa).
- **Economicidade e Dinâmica de Mercado:** O segmento de brindes e personalizados opera precipuamente na modalidade de venda casada do produto com a personalização. A economia de escala obtida pelas indústrias ao comprarem a matéria-prima e personalizarem em larga escala resulta em preços unitários mais competitivos para o produto finalizado do que a soma das etapas contratadas separadamente pelo Estado.
- **Logística:** A Alternativa 2 desonera a Seção de Almoxarifado (SEAL) da necessidade de armazenar temporariamente itens não personalizados e organizar a sua remessa parcelada para a empresa de estampa, otimizando o fluxo de suprimentos do Tribunal.

3.2.2. Por conseguinte, a solução a ser contratada é a aquisição dos bens de consumo já plenamente customizados, conforme as especificações visuais a serem detalhadas no Termo de Referência, garantindo a pronta usabilidade nos eventos institucionais previstos.

### 3.3. Condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado (Art. 40, I, da Lei 14.133/21)

3.3.1. As condições de aquisição e pagamento definidas para esta contratação estão alinhadas com as práticas usuais do mercado privado para o setor de comércio atacadista e varejista de brindes e confecções personalizadas.

3.3.2. A sistemática de pagamento a ser adotada, condicionada ao recebimento definitivo dos materiais e mediante a apresentação de nota fiscal regular, assemelha-se à praxe comercial de liquidação após a entrega. Tal modelo garante a atratividade do certame, preservando a segurança jurídica e financeira da Administração Pública, sem impor ônus desproporcionais, prazos excessivos ou condições atípicas que afugentem os fornecedores que atuam no segmento.

## 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (descrição/especificação do Objeto)

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IV da IN 58/2022).

### 4.1. Descrição da Solução

4.1.1. A solução definida como mais adequada e vantajosa compreende a aquisição de bens de consumo comuns, consistindo no fornecimento de materiais personalizados (botons, canetas esferográficas, blocos de notas, sacolas/ecobags, squeezes, canecas de cerâmica, canecas ecológicas, camisas polo, camisetas esportivas, pastas de papelão e crachás em PVC), já devidamente confeccionados, finalizados e com gravação/impressão da identidade visual exigida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA).


4.1.2. A modelagem da contratação ocorrerá por meio de Pregão Eletrônico, para formação de Ata de Registro de Preços (SRP), garantindo entregas parceladas e sob demanda, condicionadas à aprovação prévia de amostras para atestar a conformidade física e visual dos produtos.

4.1.3. O ciclo de vida do objeto inicia-se com a confecção e personalização pelas contratadas (observando-se os critérios de sustentabilidade na cadeia produtiva, como o uso de materiais atóxicos e biodegradáveis aplicáveis a cada item), segue com a entrega e acondicionamento otimizado na Seção de Almoxarifado (SEAL) e finaliza com o uso e esgotamento durante os eventos institucionais (como eventos de capacitação, ações institucionais, reuniões de trabalho, programas de cidadania da EJE/PA, Oficina da SEAUDI, e demais eventos das Eleições de 2026).

4.1.4. Por se tratarem de materiais de consumo promocionais e de expediente, de pronto uso e desgaste/distribuição rápida, não há exigência de manutenção preventiva, evolutiva ou assistência técnica especializada continuada. Aplica-se a garantia legal prevista na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), devendo a contratada realizar a substituição imediata e sem ônus de quaisquer itens que apresentem defeitos de fabricação, falhas na impressão ou divergências em relação à amostra previamente aprovada.

4.1.5. A fim de delimitar o objeto da futura contratação, segue a tabela com a descrição e especificações mínimas dos itens necessários e suficientes a serem registrados:

Item	Especificação / Descrição
1	<p><b>CAMISETAS ESPORTIVAS</b> - Malha Dry-Fit (Poliamida ou Poliéster), ultraleve (110 a 130 g/m²); ou Camiseta Gola Careca em meia malha, 100% algodão, fio 30.1, mercerizada, cor branca, gramatura mínima de 140 g/m², com serigrafia colorida, frente e costa, de acordo com arte a ser fornecida pelo Tribunal.</p> <p>Frente da Camiseta: logomarca: colorido medindo 24 cm de largura e 18,5 cm de altura. Os tamanhos poderão ter variação de 3 (três) centímetros para mais ou para menos.</p> <p>Costas da Camiseta: texto em serigrafia “JUSTIÇA ELEITORAL” em caixa alta na cor preta, medindo 5,5 cm altura x 26,5 largura.</p> <p>O quantitativo será distribuído em tamanhos Adulto e Infantil:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• P: Largura: 50 cm / Comp.: 66 cm / Ombro: 16 cm / Manga: 16 cm / Gola: 16 cm</li><li>• M: Largura: 55 cm / Comp.: 68 cm / Ombro: 17 cm / Manga: 19 cm / Gola: 18 cm</li><li>• G: Largura: 59 cm / Comp.: 73 cm / Ombro: 17 cm / Manga: 26 cm / Gola: 19 cm</li><li>• GG: Largura: 64 cm / Comp.: 80 cm / Ombro: 19 cm / Manga: 22 cm / Gola: 22 cm</li></ul>

2	<p><b>CAMISA GOLA POLO</b> - Camisa gola polo manga curta composição em malha Piquet 50% poliéster e 50% algodão, com Abertura frontal de 15 cm, com 3 botões para o fechamento, manga com acabamento retilíneo e punho em ribana, gola em ribana com 7 cm de bainha virada para dentro. Frente da Camisa: letra preta, brasão bordado lado esquerdo, “TRE-PA” bordado embaixo do brasão. Costas da Camisa: texto em serigrafia “JUSTIÇA ELEITORAL” em caixa alta na cor preta e duas listras inclinadas nas cores verde e amarelo, conforme desenho do modelo neste documento . Botão de massa de 4 furos 13 ou 14 mm da cor do tecido. Os arquivos com as artes dos logotipos serão fornecidos pelo TRE-PA.</p> <p>TAMANHOS: P, M, G e GG</p> <p>O quantitativo poderá ser distribuído em 04 (quatro) tamanhos cujas dimensões são:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• P: Largura: 50 cm / Comprimento: 63 cm / Ombro: 16 cm / Manga: 16 cm</li> <li>• M: Largura: 55 cm / Comprimento: 66 cm / Ombro: 17 cm / Manga: 19 cm</li> <li>• G: Largura: 59 cm / Comprimento: 73 cm / Ombro: 17 cm / Manga: 26 cm</li> <li>• GG: Largura: 61 cm / Comprimento: 75 cm / Ombro: 19 cm / Manga: 28 cm</li> </ul> 
3	<p><b>BOTTON DE METAL</b></p> <p>Botton de metal personalizado com impressão em papel fotográfico de alta resolução e papel filme transparente. Possui alfinete traseiro. Dimensões: 3,5 cm x 3,5 cm.</p>
4	<p><b>CANETA ESFEROGRÁFICA</b></p> <p>Material: fibra de bambu, arroz ou coco. Material ponta: plástico com esfera de tungstênio. Tipo escrita: grossa. Cor tinta: azul. Características adicionais: personalizada conforme modelo a ser enviado pela contratante.</p>
5	<p><b>BLOCO RASCUNHO</b></p> <p>Material: celulose vegetal de material reciclado. Tipo: sem pauta. Tipo papel: apergaminhado. Tamanho do papel: A5. Quantidade de folhas: 25 fl. Características adicionais: cor e capa personalizada, conforme modelo a ser enviado pela contratante, em cores 4 cores.</p>
6	<p><b>SACOLA (ECOBAG)</b></p> <p>Material: lona crua, em torno de 40 cm de altura e 35 cm de comprimento. Adicionais: tecido reutilizável, personalizada conforme modelo a ser enviado pela contratante, com impressão transfer sublimático (14x20 cm) em 4 cores.</p>
7	<p><b>GARRAFA TIPO SQUEEZE</b></p> <p>Corpo interno e tampa interna: Aço inoxidável (inox) de alta durabilidade e resistência à corrosão; revestimento externo: fibra natural de bambu, com acabamento polido; vedação: silicone ou material atóxico com alta capacidade de vedação; capacidade: 450 ml a 550 ml; Altura: Entre 20 e 25 cm (com tampa); diâmetro da base: Até 7 cm; tampa: rosqueável, com vedação hermética; pode conter alça de transporte (opcional); impressão colorida UV (1 lado), Silk ou gravação a laser.</p>
8	<p><b>CANECA DE CERÂMICA</b></p> <p>Modelo cilíndrico padrão (325ml), cor branca com impressão por sublimação ou serigrafia.</p>
9	<p><b>CANECA ECOLÓGICA</b></p> <p>Material: Fibra de Coco. Capacidade: 250ml. Personalizada.</p>

10	<b>PASTAS DE PAPELÃO</b> Personalizáveis, destinadas à aplicação da identidade visual específica de cada evento institucional.
11	<b>CRACHÁS EM PVC</b> Personalizados, destinados para a identificação dos participantes.

#### 4.2. Manifestação de atendimento ao princípio da padronização (Art. 40, V, “a”, da Lei 14.133/21)

4.2.1. A contratação observa rigorosamente o princípio da padronização, uma vez que a totalidade dos itens a serem adquiridos exige estrita compatibilidade de especificações estéticas, visuais e de design com as contratações recentes do TRE-PA.

4.2.2. A exigência de um fornecimento padronizado em relação aos tecidos, pantones (cores), tipografia, dimensões de logomarcas e acabamentos justifica-se técnica e administrativamente. A uniformidade estética é indispensável para evitar divergências visuais durante os eventos, assegurando a correta representação da imagem institucional do Poder Judiciário e garantindo a isonomia na identificação de magistrados, servidores, colaboradores e participantes.

#### 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS (obrigatório)

Fundamentação: estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso V da IN 58/2022).

5.1. As quantidades dos materiais objetos deste estudo técnico levam em consideração as estimativas a serem utilizadas durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, projetadas com base nas demandas de eventos institucionais específicos programados para o ano de 2026, consolidadas pelas unidades demandantes (GABSEPLAN, EJE e SEAUDI) no Documento de Oficialização da Demanda (DOD) e nos despachos complementares.

5.2. Para o refinamento dessa estimativa e dimensionamento da capacidade de atendimento, utilizou-se também como referência o histórico quantitativo utilizado em anos anteriores de pleito eleitoral, fundamentado nos processos correlatos SEI nº 0008597-44.2025.6.14.8000 e 0004150-13.2025.6.14.8000.

5.3. A fim de demonstrar a consolidação exata das quantidades por item, apresenta-se a memória de cálculo detalhada, que reflete a soma das demandas de cada evento mapeado, em conformidade com a ordem dos itens estabelecida no capítulo anterior:

Item	Memória de Cálculo (Distribuição por Evento/Demanda)	Quantidade Total
1. Camisetas Esportivas	Presidente e mesários da Capital (500 un.) + capacitação, ações institucionais e reuniões de trabalho das Eleições de 2026 (500 un.)	1.000
2. Camisas Polo	PEJEPA (100 un.)	100
3. Botons de Metal	PEJEPA (50 un.) + Seminário de Direito Eleitoral (300 un.) + “Auditoria Financeira no Setor Público: Teoria & Prática” (60 un.) + Mesários da Capital (4.000 un.) + capacitação, ações institucionais e reuniões de trabalho das Eleições de 2026 (600 un)	5.010
4. Canetas Esferográficas	PEJEPA (50 un.) + Seminário de Direito Eleitoral (300 un.) + Mesários da Capital (4.000 un.) + capacitação, ações institucionais e reuniões de trabalho das Eleições de 2026 (900 un)	5.250
5. Blocos de Rascunho (Notas)	PEJEPA (50 un.) + Seminário de Direito Eleitoral (300 un.) + Mesários da Capital (4.000 un.) + capacitação, ações institucionais e reuniões de trabalho das Eleições de 2026 (900 un)	5.250
6. Sacolas (Ecobags)	Seminário de Direito Eleitoral (300 un.) + Mesários da Capital (4.000 un.) + capacitação, ações institucionais e reuniões de trabalho das Eleições de 2026 (950 un)	5.250
7. Garrafas Tipo Squeeze	Seminário de Direito Eleitoral (300 un.) + “Auditoria Financeira no Setor Público: Teoria & Prática” (60 un.) + Mesários da Capital (4.000 un.) + capacitação, ações institucionais e reuniões de trabalho das Eleições de 2026 (890 un)	5.250
8. Canecas de Cerâmica	PEJEPA (100 un.)	100
9. Canecas Ecológicas	Reunião das Eleições - Salinópolis (300 un.) + Mesários da Capital (4.000 un.) + capacitação, ações institucionais e reuniões de trabalho das Eleições de 2026 (1.000 un)	5.300
10. Pastas de Papelão	Seminário de Direito Eleitoral (1.000 un.)	1.000
11. Crachás em PVC	Seminário de Direito Eleitoral (1.000 un.)	1.000

#### 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso VI da IN 58/2022).

6.1. Com base em levantamento preliminar de preços, realizado junto a fornecedores com know-how e expertise no fornecimento dos materiais e em contratações públicas similares, chegou-se ao valor total estimado de **R\$550.194,70** (quinhentos e cinquenta mil, cento e noventa e quatro reais e setenta centavos) para a contratação.

6.2. A tabela a seguir detalha a composição dos valores estimados por item, em conformidade com as especificações exigidas e a ordem estabelecida neste Estudo Técnico Preliminar:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PEDIDO MÍNIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Camisetas Esportivas	485480	Unidade	1.000	50	R\$ 25,60	R\$25.600,00
2	Camisa Gola Polo (Tecido piquet)	634395	Unidade	100	10	R\$46,95	R\$4.695,00
3	Botons de Metal (3,5 cm x 3,5 cm)	619397	Unidade	5.010	95	R\$4,17	R\$20.891,70
4	Canetas Esferográficas (Fibra ecológica)	428530	Unidade	5.250	125	R\$3,41	R\$17.902,50
5	Blocos de Rascunho (Notas) (Papel A5, 25 folhas)	624080	Unidade	5.250	125	R\$5,98	R\$31.395,00
6	Sacolas (Ecobags) (Lona crua)	251648	Unidade	5.250	120	R\$8,62	R\$45.255,00
7	Garrafas Tipo Squeeze (600ml)	394039	Unidade	5.250	120	R\$56,43	R\$296.257,50
8	Canecas de Cerâmica (325ml)	369530	Unidade	100	10	R\$29,66	R\$2.966,00
9	Canecas Ecológicas (Fibra de Coco, 250ml)	415646	Unidade	5.300	30	R\$18,24	R\$96.672,00
10	Pastas de Papelão (Personalizáveis)	631537	Unidade	1.000	100	R\$2,47	R\$2.470,00
11	Crachás em PVC (Personalizados)	623782	Unidade	1.000	100	R\$6,09	R\$6.090,00
VALOR TOTAL ESTIMADO							R\$550.194,70

6.3. O detalhamento completo da pesquisa de preços, incluindo o mapa comparativo, orçamentos coletados, eventuais links de contratações similares e as respectivas memórias de cálculo, compõem documento autônomo e anexo a este processo, em estrita observância aos parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

### 7. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VII da IN 58/2022).

7.1. A decisão de parcelar a solução em itens está fundamentada no princípio do parcelamento da solução, previsto no inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e no art. 9º, inciso VII da IN 58/2022.

7.2. O princípio do parcelamento da solução visa garantir a economicidade e a competitividade nas licitações, permitindo que empresas de diferentes portes e especialidades participem do processo, o que aumenta as chances de obter propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

7.3. No caso da contratação de materiais para o TRE-PA, o parcelamento da solução em itens se justifica pelos seguintes motivos:

- Diversidade de materiais: A licitação abrange uma variedade de materiais, como confecções (camisas e ecobags), cerâmica (canecas), papeleria e brindes variados (pastas, botons, canetas, etc.), cada um com características e especificações próprias. O parcelamento permite que empresas especializadas em cada tipo de material participem da licitação, o que aumenta a competitividade e a possibilidade de obter preços melhores.
- Possibilidade de fornecedores distintos: Diferentes empresas podem oferecer preços mais competitivos para cada item, o que garante maior economicidade na contratação.
- Facilidade de gestão e fiscalização: A divisão em itens facilita a gestão e a fiscalização do contrato, permitindo um controle mais preciso sobre a entrega e a qualidade dos materiais.

7.4. Considerando os benefícios do parcelamento da solução, a licitação dos materiais para o TRE-PA **será realizada por ITEM**, o que garante maior competitividade, economicidade e eficiência na contratação.

7.5. Para efeito de julgamento dos preços do Pregão Eletrônico, o **critério deverá ser o menor preço, por item**.

7.6. A Equipe de Planejamento da Contratação não faz objeção à aplicação dos artigos 6º e 8º do Decreto nº 8.538/2015, que tratam dos benefícios concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP), os quais já foram aplicados e detalhados na estimativa de preços (Capítulo 6).

### 8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: contratações correlatas e/ou interdependentes (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 9º, inciso VIII da IN 58/2022).

8.1. A equipe de planejamento identificou como contratações correlatas (de natureza similar) as aquisições constantes nos processos SEI nº 0008597-44.2025.6.14.8000 e SEI nº 0004150-13.2025.6.14.8000. Contudo, conforme detalhado na análise histórica (Capítulo 1), o escopo daquelas contratações é estrito, não havendo viabilidade logística ou técnica para o aproveitamento mútuo ou adesão a fim de atender às demandas autônomas e específicas aqui tratadas (Eleições 2026, ações da EJE/PA e oficina da SEAUDI).

8.2. No que tange a contratações interdependentes (aquelas indispensáveis à consecução do objeto principal), a equipe de planejamento não vislumbra contratações que guardem relação/afinidade com o objeto da contratação pretendida, sejam elas já realizadas, ou contratações futuras. A estratégia de adquirir os itens de consumo já inteiramente personalizados e acabados garante a independência da solução, dispensando a necessidade de contratar serviços gráficos acessórios ou etapas complementares de estampa.

### 9. ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL(obrigatório) E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Fundamentação: demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual, de modo a indicar o seu alinhamento com os instrumentos de planejamento do órgão ou entidade; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso IX da IN 58/2022).

9.1. A presente demanda **não** se encontra prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) para o exercício de 2026.



9.2. A ausência de previsão tempestiva justifica-se em razão dos compromissos interinstitucionais para o TRE-PA atuar na coorganização, fornecimento de materiais e apoio logístico dos eventos, capacitações, oficinas e ações terem sido formalizadas em período posterior ao fechamento e à aprovação do PCA do respectivo ano. Ademais, as demandas complementares de capacitação para as Eleições 2026 e ações da Escola Judiciária Eleitoral (EJE/PA) e da SEAUDI sofreram redimensionamentos recentes que exigiram esta contratação autônoma.

9.3. Não obstante a ausência de previsão inicial, o prosseguimento do feito foi expressamente **autorizado** pela Diretoria-Geral do TRE-PA, considerando a imperiosa necessidade pública, a impossibilidade de adiamento dos eventos (notadamente o pleito eleitoral e demais eventos institucionais) e o interesse da Administração. A adequação formal e a inclusão extemporânea da demanda no sistema próprio de planejamento (Sistema PLANO) deverão ser providenciadas pela unidade competente, em conformidade com os normativos internos.

9.4. No que tange ao Planejamento Estratégico do TRE-PA, a contratação encontra-se perfeitamente alinhada aos objetivos institucionais, contribuindo de forma direta para o atingimento dos seguintes macrodesafios do Poder Judiciário e da Justiça Eleitoral:

- **Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade:** A padronização visual e o fornecimento de materiais de apoio (ecobags, pastas, botons, etc.) em eventos de grande envergadura como o Seminário de Direito Eleitoral, a Oficina da SEAUDI, e demais ações eleitorais projetam uma imagem de organização, transparência e eficiência, aproximando a instituição do cidadão.
- **Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas e Garantia dos Direitos Fundamentais:** A aquisição de itens (camisetas, canetas, blocos) para o treinamento de mesários e projetos de cidadania (PEJEPa) viabiliza a execução de políticas fundamentais para o processo democrático e para a valorização dos colaboradores e servidores envolvidos no pleito.

9.5. Dessa forma, conclui-se que a aquisição pretendida é instrumento essencial e estratégico para a concretização das metas estabelecidas pela Alta Administração para o exercício de 2026, garantindo a infraestrutura logística mínima para o sucesso das eleições e dos compromissos institucionais assumidos.

## 10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso X da IN 58/2022).

10.1. Com a efetivação da presente contratação, o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) almeja alcançar os seguintes resultados diretos e indiretos, em prol do interesse público e da eficiência administrativa:

- **Resultados em termos de Economicidade (Recursos Financeiros):**
  - Obtenção de economia de escala por meio da centralização das demandas de diferentes unidades (GABSEPLAN, EJE/PA, SEAUDI e comissões organizadoras) em um único procedimento licitatório, o que atrai propostas mais vantajosas devido ao volume total estimado.
  - Redução de custos logísticos e de desperdício financeiro mediante a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), permitindo que a Administração empenhe e pague apenas pelos quantitativos efetivamente demandados ao longo da vigência da ata, evitando a ociosidade de capital.
- **Resultados em termos de Melhor Aproveitamento de Recursos Humanos e Materiais:**
  - Otimização do tempo e do esforço da força de trabalho institucional. Ao optar pela aquisição dos bens já personalizados (solução integrada), a Administração desonera os servidores da Seção de Almoxarifado (SEAL) e os fiscais de contrato do retrabalho de gerenciar o recebimento de itens lisos e a posterior remessa para empresas de estamparia.
  - Otimização do espaço físico de armazenamento do TRE-PA, uma vez que as entregas parceladas, inerentes ao SRP, evitam a superlotação do Almoxarifado com materiais que só serão utilizados em eventos futuros.
- **Resultados Institucionais e de Eficácia Operacional:**
  - Garantia do pleno sucesso, organização e padronização visual do Seminário de Direito Eleitoral, a Oficina da SEAUDI, treinamento de mesários, ações de capacitação em polos e projetos de cidadania (PEJEPa), e demais ações eleitorais, cumprindo o compromisso firmado pelo TRE-PA junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e aos demais tribunais parceiros.
  - Fornecimento adequado de infraestrutura e apoio material para as ações de cidadania da Escola Judiciária Eleitoral, PEJEPa, Seminários e oficinas), promovendo o engajamento e a valorização dos participantes.
  - Identificação rápida, segura e padronizada das equipes de apoio e dos mesários durante as Eleições de 2026, o que contribui diretamente para a fluidez e a segurança do pleito eleitoral.

10.2. Em suma, a contratação atende aos princípios da eficiência e da eficácia, convertendo o recurso financeiro investido em um retorno institucional tangível (materiais entregues no prazo e com a qualidade exigida) e intangível (fortalecimento da imagem do TRE-PA perante a sociedade e os demais órgãos do Judiciário).

## 11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XI da IN 58/2022).

11.1. Para a contratação pretendida, não haverá necessidade de adequações físicas ou estruturais no ambiente do Tribunal, uma vez que o recebimento, a conferência e o armazenamento dos materiais ocorrerão na Seção de Almoxarifado (SEAL), que já possui infraestrutura e rotinas consolidadas para a gestão de bens de consumo, sendo o espaço otimizado pelas entregas parceladas do Sistema de Registro de Preços.

11.2. Não será necessária a capacitação específica de servidores para a fiscalização e gestão contratual, tendo em vista que a natureza comum do objeto (aquisição de materiais de consumo personalizados) não exige conhecimentos técnicos singulares que extrapolem a expertise já detida pelos servidores da área de logística, de suprimentos e das unidades demandantes do TRE-PA.

11.3. Como providências administrativas essenciais, internas e antecedentes à assinatura da Ata de Registro de Preços e à emissão das notas de empenho, a Administração deverá:

- **Designação de Fiscais e Gestores:** Proceder à indicação e à designação formal dos servidores que atuarão como gestor e fiscais (titulares e substitutos) da contratação, em estrita observância ao disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- **Avaliação de Amostras:** Constituir, previamente à fase de julgamento das propostas, a equipe técnica responsável pela análise, diligência e

aprovação das amostras a serem apresentadas pelo licitante provisoriamente vencedor no certame, configurando-se como etapa indispensável e condicionante para a adjudicação e a futura contratação.

## 12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XII da IN 58/2022).

12.1. A contratação para aquisição de bens de consumo personalizados (confeções e brindes) gera impactos ambientais inerentes ao ciclo de vida dos produtos, que engloba a extração de matérias-primas, o processo de fabricação, o transporte, o acondicionamento e o descarte ao final de sua utilidade. Os principais impactos identificados são:

- Geração de resíduos sólidos, especialmente provenientes de embalagens (plásticos, papelão) e do descarte de materiais inservíveis após os eventos.
- Consumo de recursos naturais e energia, além do uso de produtos químicos nos processos de tinturaria, estamparia e fabricação de plásticos e metais.
- Emissão de gases de efeito estufa associada à logística de transporte e distribuição dos materiais até a sede do Tribunal.

12.2. A fim de mitigar de forma eficaz os impactos ambientais mapeados e em estrita observância à Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), à Resolução CNJ nº 400/2021 e ao Plano de Logística Sustentável do TRE-PA, foram incorporadas as seguintes medidas mitigadoras à modelagem desta contratação:

- **Especificação de Materiais Sustentáveis:** A equipe de planejamento priorizou a inserção de itens fabricados com matérias-primas de menor impacto ambiental. Destacam-se as canetas e squeezes confeccionados em fibra de bambu, arroz ou coco, os blocos de notas em papel reciclado/apergaminhado, as sacolas (ecobags) em lona crua e as canecas ecológicas em fibra de coco.
- **Redução de Plásticos de Uso Único:** O fornecimento de canecas de cerâmica, canecas ecológicas e squeezes duráveis visa desestimular o consumo de copos plásticos descartáveis durante os eventos de capacitação e as Eleições de 2026, promovendo a cultura do reuso.
- **Racionalização de Embalagens:** As contratadas deverão acondicionar os materiais em embalagens preferencialmente recicláveis (como papelão ou plástico biodegradável) e compactas, evitando o uso excessivo de invólucros individuais desnecessários. Essa medida reduz a geração de lixo no Almoxarifado e otimiza o volume de carga no transporte, diminuindo a pegada de carbono.
- **Durabilidade e Prolongamento da Vida Útil:** A definição de padrões mínimos de qualidade para tecidos (malha dry-fit e piquet) e materiais garante maior durabilidade às camisas e itens de apoio, evitando o desgaste prematuro e o descarte precoce.
- **Destinação Adequada de Resíduos:** Ao final da vida útil dos bens ou após o encerramento dos eventos, os resíduos passíveis de reciclagem (como pastas de papelão, crachás em PVC, papéis e componentes metálicos) deverão ser segregados e direcionados à coleta seletiva institucional do TRE-PA, que mantém parcerias com associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis.
- **Produção Responsável:** Exige-se das empresas fornecedoras o cumprimento das legislações ambientais vigentes em seus processos fabris, assegurando o uso de tintas e materiais atóxicos nas personalizações (serigrafia e sublimação), mitigando o risco de contaminação hídrica e do solo.

## 13. ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO DO OBJETO

### 13.1. Forma de seleção e modalidade de licitação

( ) Pregão Eletrônico Tradicional

**(X) Pregão Eletrônico - SRP**

( ) Adesão à Ata de Registro de Preços

( ) IRP (Intenção de Registro de Preços)

( ) Contratação Direta - Inexigibilidade de Licitação (Art. 74 da Lei 14.133/2021)

( ) Contratação Direta - Dispensa de Licitação (Art. 75 da Lei 14.133/2021)

13.1.1. Conforme justificado nos capítulos anteriores, a contratação será realizada por meio de licitação na modalidade **Pregão**, em sua forma **eletrônica**, adotando-se o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**. O critério de julgamento será o de menor preço por item, por se tratar de bens comuns com especificações objetivamente padronizadas e disponíveis no mercado.

### 13.2. Considerações sobre a possibilidade/necessidade de renovação dos quantitativos da ata de registro de preços

13.2.1. O Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA) possui um calendário perene e dinâmico de eventos institucionais, capacitações, campanhas de cidadania (como o PEJEPa) e preparativos para pleitos eleitorais que ocorrem de forma contínua ano após ano. Em virtude dessa recorrência e da necessidade constante de identificação e apoio logístico, a demanda por materiais de consumo personalizados apresenta caráter habitual e contínuo.

13.2.2. Diante desse cenário de repetitividade das demandas, mostra-se altamente conveniente e oportuna a previsão expressa, no edital e na minuta da Ata de Registro de Preços (ARP), da possibilidade de sua prorrogação (por mais 1 ano) e da consequente renovação dos quantitativos originalmente registrados. Tal estratégia visa garantir a continuidade do fornecimento logístico ao Tribunal, evitando os elevados custos administrativos e temporais decorrentes da deflagração de um novo processo licitatório para os mesmos bens comuns no exercício subsequente.

13.2.3. Ressalta-se que, em consonância com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, o art. 22 do Decreto nº 11.462/2023, o Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU e o Enunciado 42 do 2º Simpósio de Licitações e Contratos da Justiça Federal, a prorrogação da vigência da ARP e a correspondente renovação de seus quantitativos ficarão estritamente condicionadas à comprovação prévia de que os preços registrados permanecem mais vantajosos para a Administração em comparação àqueles praticados no mercado à época da renovação.

## 14. AVALIAÇÃO QUANTO À NECESSIDADE DE CLASSIFICAÇÃO DO ETP, NOS TERMOS DA LEI Nº 12.527/2011 (OBRIGATÓRIO)

Fundamentação: Art. 13 da IN SEGES 58/22 e 91, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.1. Considerando não se tratar de licitação cujas informações nele constantes sejam sensíveis e imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado, não há necessidade de se atribuir qualquer tipo de classificação ao presente documento, nos termos dispostos na Lei nº 12.527/2011.

#### 15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABILIDADE E RAZOABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

Fundamentação: posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 9º, inciso XIII da IN 58/2022).

15.1. Esta equipe de planejamento **declara viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o Inciso XIII do art. 9º da IN 58, de 08 de agosto de 2022, - SEGES-ME.



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL OLIVEIRA REIS, Assistente**, em 27/04/2026, às 08:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JANETE CARLA DIAS WIRTZ, Técnico Judiciário**, em 28/04/2026, às 10:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **OSIEL MARLON NEGRÃO DA SILVA, Secretário Substituto**, em 28/04/2026, às 11:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-pa.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2999419** e o código CRC **8F0BE97E**.

0001865-13.2026.6.14.8000

2999419v25